

**AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.677.232 - RS (2017/0136432-8)**

**RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA**  
**AGRAVANTE : COOPERATIVA DOS SUINOCULTORES DE**  
**ENCANTADO LTDA**  
**ADVOGADOS : REINALDO JOSÉ CORNELLI E OUTRO(S) - RS045560**  
**ELISA CLAUDIA SOTT - RS076437**  
**NATHALIA CESAR MENEZES - RS082651**  
**AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL**

**DECISÃO**

**Vistos.**

Fls. 272/277e - Trata-se de Agravo Interno (art. 1.021, do CPC) interposto contra decisão monocrática de minha lavra, mediante a qual, com fundamento no art. 932, V, do Código de Processo Civil de 2015, dei provimento ao Recurso Especial da **FAZENDA NACIONAL** (fls. 262/266e).

**Feito breve relato, decido.**

Em juízo de retratação, consoante o disposto no § 2º do art. 1.021 do Código de Processo Civil, verifica-se o desacerto da mencionada decisão, razão pela qual de rigor sua reconsideração, a fim de que, oportunamente, o recurso seja novamente analisado.

Verifico que a discussão envolve tema afetado por esta Corte Superior ao regime de recursos repetitivos já sob a vigência do Código de Processo Civil de 2015 (arts. 1.036, *caput* e § 1º, e 257-C do RISTJ) (REsps ns. 1.767.945/RS, 1.768.060/RS e 1.768.415/RS, 1ª S., Min. Sérgio Kukina – TEMA 1003), com a determinação de suspensão do processamento de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que versem sobre a questão e tramitem no território nacional, a teor do disposto no art. 1.037, II, do mencionado diploma, abordando a seguinte questão: "Definição do termo inicial da incidência de correção monetária no ressarcimento de créditos tributários escriturais: a data do protocolo do requerimento administrativo do contribuinte ou o dia seguinte ao escoamento do prazo de 360 dias previsto no art. 24 da Lei n. 11.457/2007".

Posto isso, nos termos do § 2º do art. 1.021 do Código de Processo Civil, **RECONSIDERO** a decisão de fls. 262/266e, restando, por conseguinte, **PREJUDICADO** o agravo interno de fls. 272/277e, e **DETERMINO** a devolução dos autos ao tribunal de origem, com a devida baixa, para que o processo permaneça

suspenso até a publicação dos acórdãos dos recursos acima identificados, a fim de que a Corte de origem, posteriormente, proceda ao juízo de conformidade.

Publique-se e intime-se.

Brasília (DF), 06 de fevereiro de 2019.

**MINISTRA REGINA HELENA COSTA**

Relatora

